

**Contrata
Consultor
na modalidade
Produto**

PROJETO 914BRZ1071 EDITAL Nº 23/2024

1. Perfil: **Direito**

2. Nº de vagas: **4**

3. Qualificação educacional: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, preferencialmente em Direito, conforme classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

4. Experiência profissional: Experiência mínima de 3 (três) anos na administração pública.

5. Atividades: Atividade 1: Revisar os processos com referência a base legal do programa PNLD; Atividade 2: Dar suporte a equipe e ao gestor do programa PNLD; Atividade 3: Avaliar a viabilidade de adequações e/ou substituições no processo licitatório do PNLD; Atividade 4: Apoiar a Direção no acompanhamento da execução do processo de inexigibilidade do PNLD; Atividade 5: Levantar os objetos que devam ou que possam ser contratados por meio de credenciamento; Atividade 6: Analisar os critérios objetivos de distribuição da demanda; Atividade 7: Aferir e acompanhar junto à equipe do programa PNLD os temas e as informações coletadas verificando sua consistência; Atividade 8: Propor recomendações de aperfeiçoamento do programa PNLD; Atividade 9: Auxiliar a Equipe do programa PNLD na produção de conteúdo institucional.

6. Produtos/Resultados esperados: **Consultor nº 1 – PNLD I - Documento Técnico “A”** – contendo uma avaliação acerca da viabilidade de adequações e/ou substituições do processo de inscrição e de avaliação de obras didáticas para o PNLD, atualmente regido por Inexigibilidade de Licitação, para o processo de Credenciamento de Interessados, procedimento auxiliar das licitações, conforme previsão o art. 78, I, da Lei 14.133/2021. **Documento Técnico “B”** - contendo orientações propositivas de atualizações e/ou de modificações no processo de inscrição e de avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, em razão das inovações legislativas do novo Estatuto de Licitações, Lei 14.133/2021. **Documento Técnico “C”** – contendo orientações operacionais acerca das disposições contidas no art. 74, III, IV, c/c art. 79, ambos da Lei 14.133/2021, que dispõe sobre os “objetos que devam ou que possam ser contratados por meio de credenciamento” e sobre as hipóteses de contratação que podem ser realizadas por meio de Credenciamento de Interessados, adequando-os aos serviços de Credenciamentos das obras didáticas para o PNLD. **Consultor nº 2 – PNLD II - Documento Técnico “A”** – Contendo um relatório sugerindo quais seriam os critérios objetivos de distribuição da demanda que podem ser objeto de Credenciamento dos Interessados para os serviços de obras didáticas para o PNLD, consoante previsão do art. 79, Parágrafo Único, II, da Lei 14.133/2021; **Documento Técnico “B”** Contendo um levantamento dos procedimentos que permitam a realização do cadastramento permanente de novos interessados nos processos de Credenciamentos das obras didáticas para o PNLD, em atenção ao disposto no art. 79, Parágrafo Único, I, da Lei 14.133/2021. **Documento Técnico “C”** Contendo uma minuta de Regulamento de Credenciamento de Interessados, em consonância com o disposto no art. 79, III, Parágrafo Único, da Lei 14.133/2021. **Consultor nº 3 – PNLD III - Documento Técnico “A”** Contendo uma avaliação dos critérios de habilitação que podem ser aplicáveis aos interessados nos processos de Credenciamentos das obras didáticas para o PNLD, em atenção ao disposto no art. 62 c/c 79, ambos da Lei 14.133/2021. **Documento Técnico “B”** Contendo um estudo sobre os critérios de julgamento e das negociações de preço dos interessados aplicáveis aos processos de Credenciamentos das obras didáticas para o PNLD, em atenção ao disposto no art. 62 c/c 79, ambos da Lei 14.133/2021. **Documento Técnico “C”** Contendo um estudo sobre o uso do Credenciamento disposto na Lei 14.133/2021 no âmbito dos Tribunais de Contas e na doutrina especializada. **Consultor nº 4 – PNLD IV - Documento Técnico “A”** - Contendo orientações propositivas de atualização e/ou de modificação no processo denominado de “etapas de execução do PNLD”, de competência do Ministério da Educação (MEC), Avaliação Pedagógica. **Documento Técnico “B”** –

Contendo orientações propositivas de atualização e/ou de modificação no processo denominado de “etapas de execução do PNLD”, de competência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Inscrição, Pré-Validação, Validação, Escolha, Aquisição, Produção, Distribuição e Recebimento. **Documento Técnico “C”** – Contendo uma minuta de Contrato Administrativo aplicável ao Regulamento de Credenciamento de Interessados, em consonância com a Lei 14.133/2021 e com os normativos de referência do PNLD, a saber: art. 208, VII, da Constituição Federal de 1988; na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; na Lei nº 9.610/1998, que consolida a legislação sobre direitos autorais; na Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; no Decreto nº 9.099/2017, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD; na Resolução FNDE nº 12/2020, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD; na Resolução FNDE nº 11/2023, sobre as normas de conduta no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático; na Resolução CNE/CP nº 2/2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

7. Local de Trabalho: **Brasília/DF**

8. Duração do contrato: **4 Meses**

9. A contratação será efetuada mediante processo seletivo simplificado composto de 3 (três) etapas. Não serão consideradas candidaturas submetidas fora do prazo previsto, que não estejam no currículo padrão, incompletas ou mal identificadas. A seleção será conduzida por comissão específica. A comissão será formada por no mínimo 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e representante da coordenação do Organismo Internacional.

9.1 A primeira etapa analisará se os candidatos atendem aos requisitos “Qualificação Educacional”, “Experiência Profissional” indicados nos itens 3 e 4, acima, e terá caráter eliminatório. A segunda etapa analisará o grau de atendimento dos candidatos aprovados na primeira fase em relação ao item 9.2, abaixo, e terá caráter classificatório, observando os critérios de pontuação definidos pela comissão de seleção. A terceira etapa consistirá de Entrevista e será realizada com base no item 9.3 deste termo. A avaliação dos currículos, as entrevistas e a análise da documentação comprobatória dos candidatos deverá ser realizada pela Comissão de Seleção. Será realizada classificação e seleção dos candidatos que serão habilitados para a etapa de entrevistas. Os candidatos que obtiverem a maior nota, na soma dos pontos obtidos na análise do item 9.2 e na entrevista, será pré-selecionados para a consultoria, limitado ao número de vagas. O candidato pré-selecionado será convocado a apresentar ao FNDE comprovação de sua habilitação profissional, referente ao atendimento da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, documentos pessoais e declarações exigidas pela legislação. Caso o candidato não apresente estes documentos satisfatoriamente ou no prazo indicado.

9.2 Requisitos Desejáveis: **Experiência Profissional em assessoramento jurídico voltado ao setor público.**

9.4 Convocação: A comissão convocará os candidatos aprovados através de e-mail e este deverá manifestar interesse à vaga no prazo de 2 dias úteis. A apresentação da documentação pessoal (cópia autenticada ou original do CPF, RG, comprovante de residência, nº de inscrição no INSS, dados bancários) terá um prazo de até 3 dias úteis da convocação.

Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deve ser formalizado por e-mail ou Termo de Desistência. Nos casos em que não houver manifestação, no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente será convocado.

10. Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. Não serão aceitos currículos fora deste padrão.

11. Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que

estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

12. Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias úteis do fato questionado. A comissão responderá aos questionamentos do Processo Seletivo, que poderão, em segundo momento, ser levados ao Coordenador Executivo do Projeto, para subsidiar deliberação do Diretor Nacional do Projeto

Os interessados deverão enviar o CV do dia 11/07/2024 até o dia 17/07/2024 no e-mail ccopi@fnde.gov.br, com o número do edital e o nome do perfil informados no campo assunto. Serão desconsiderados os CVs remetidos após a data limite indicada neste edital 23/2024.